

Melhorando a qualidade dos lucros: efeitos das deficiências nos controles internos e dos principais assuntos de auditoria

Patrícia Pain¹

 <https://orcid.org/0000-0002-0660-226X>

E-mail: patricia.pain@edu.ufes.br

Vagner Antônio Marques²

 <https://orcid.org/0000-0001-7210-4552>

E-mail: vagner.marques@ufes.br

Rodrigo Dibai Lomes²

 <https://orcid.org/0009-0007-4892-1334>

E-mail: dibailomes@gmail.com

¹Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Programa de Pós-Graduação de Ciências Contábeis, Vitória, ES, Brasil

²Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Departamento de Ciências Contábeis, Vitória, ES, Brasil

Recebido em 02/08/2024 – Desk aceite em 24/09/2024 – 2ª versão aprovada em 07/01/2025

Editor-chefe: Andson Braga de Aguiar

Editores Associados: Márcia Martins Mendes De Luca e Eduardo da Silva Flores

RESUMO

O artigo busca verificar se o relatório de auditoria expandido, especificamente a adoção da Norma Internacional de Auditoria (ISA) 701, influenciou o gerenciamento de resultados (GR) no mercado de capitais brasileiro, particularmente em empresas com deficiências nos controles internos (DCI) divulgadas. Pesquisas anteriores não exploraram o impacto da ISA 701 sobre o GR no contexto de empresas brasileiras com DCI. Este estudo aborda essa lacuna ao examinar como divulgações de auditoria aprimoradas afetam a qualidade dos lucros (QL). O estudo contribui para reguladores, pesquisadores, participantes do mercado, auditores e gestores e fornece *insights* sobre como regulações de auditoria, como a ISA 701, podem melhorar a qualidade dos relatórios financeiros e reduzir comportamentos oportunistas de GR. Os resultados evidenciam que as DCI elevam o GR, enquanto a ISA 701 mitiga, ao aumentar a transparência por meio dos principais assuntos de auditoria (PAA). A ISA 701 também modera o GR em empresas com DCI anteriores, destacando seu impacto regulatório. Além disso, o estudo enfatiza a importância de divulgações oportunas e adequadas por auditores e gestores. Utilizando uma abordagem econométrica, o estudo analisou dados de 240 empresas brasileiras listadas de 2010 a 2019. A metodologia incluiu estatísticas descritivas, análises de correlação, análises de regressão e testes de diferenças em diferenças. Regressões por mínimos quadrados ordinários (OLS) foram usadas para avaliar o impacto da adoção da ISA 701 sobre *proxies* de QL. O estudo constata que empresas brasileiras com DCI praticam GR por meio de *accruals* discricionários mais do que as demais. A adoção da ISA 701 levou a uma redução no GR, especialmente em empresas com DCI, indicando uma melhoria na QL. Esses achados destacam a relevância das divulgações de DCI e PAA para o monitoramento do GR.

Palavras-chave: deficiências nos controles internos, ISA 265, principais assuntos de auditoria, ISA 701, gerenciamento de resultados.

Endereço para correspondência

Patrícia Pain

Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Programa de Pós-Graduação de Ciências Contábeis

Avenida Fernando Ferrari, 514, Edifício EDVI, sala 618 – CEP: 29075-910

Goiabeiras – Vitória – ES – Brasil

Este é um texto bilíngue. Este artigo foi escrito originalmente no idioma inglês, publicado sob o DOI [10.1590/1808-057x20252190.en](https://doi.org/10.1590/1808-057x20252190.en)

Trabalho apresentado na Accounting and Accountability in Emerging Economies (AAEE), Southampton, Hampshire, Inglaterra, julho de 2023, e na XXIII USP International Conference on Accounting, São Paulo, SP, Brasil, julho de 2023.



Enhancing earnings quality: Effects of internal control weaknesses and key audit matters

ABSTRACT

This paper aims to determine whether the expanded audit report, specifically the adoption of International Standard on Auditing (ISA) 701, influenced earnings management (EM) in the Brazilian capital market, particularly in firms with publicized internal control weaknesses (ICW). Previous research has not thoroughly explored the impact of ISA 701 on EM in the context of Brazilian firms with ICW. We address this gap by examining how enhanced audit disclosures affect earnings quality (EQ). Thus, this study is relevant for regulators, researchers, market participants, auditors, and managers. It provides insights into how audit regulations, such as ISA 701, can improve the quality of financial reporting and reduce opportunistic EM behaviors. The analysis shows that ICWs elevate EM, while ISA 701 mitigates this by enhancing transparency through key audit matters (KAM). ISA 701 also moderates EM in firms with past ICWs, emphasizing its regulatory impact. We emphasize the importance of timely and adequate disclosure by auditors and managers. Using an econometric approach, we analyzed data from 240 Brazilian listed companies from 2010 to 2019. The methodology included descriptive statistics, correlation analyses, regression analyses, and differences-in-differences tests. Ordinary least squares (OLS) regressions were used to assess the impact of ISA 701 adoption on EQ proxies. Our study finds that Brazilian companies with ICW engage in EM through discretionary accruals more than others. The adoption of ISA 701 led to a reduction in EM, especially in firms with ICW, indicating improved EQ. These findings highlight the relevance of ICW and KAM disclosures for monitoring EM.

Keywords: internal control weaknesses, ISA 265, key audit matters, ISA 701, earnings management.

1. INTRODUÇÃO

Em uma relação contratual entre acionistas e gestores, há sempre a possibilidade de má conduta por parte dos gestores, potencialmente prejudicando o valor de mercado. Esses problemas de agência surgem de comportamentos individuais, contratos incompletos e discricionariedade gerencial (Jensen & Meckling, 1976). Jiraporn et al. (2008) observam que os gestores podem manipular informações financeiras para ganho pessoal, comprometendo sua autenticidade. Harakeh et al. (2020) sugerem ainda que fatores como a assimetria informacional e a supervisão deficiente criam condições para o gerenciamento de resultados (GR), priorizando os interesses dos gestores em detrimento dos interesses dos acionistas.

Diante dos problemas de agência, a governança corporativa (GC) no Brasil tem priorizado cada vez mais a conformidade anticorrupção, impulsionada por fatores como o crescente papel do país na economia global, o aumento do investimento estrangeiro direto e escândalos recentes de grande repercussão envolvendo grandes empresas e figuras políticas (Castro et al., 2018). Embora haja uma crescente conscientização sobre a conformidade com as normas, o Brasil ainda enfrenta desafios para se alinhar à cultura anticorrupção de mercados mais maduros. Iniciativas nacionais importantes foram implementadas para fortalecer a conformidade (Barboza & da Rocha, 2023). A Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013) estabeleceu a responsabilidade administrativa e civil para empresas envolvidas em atos corruptos,

introduzindo penalidades significativas. Essas reformas refletem o compromisso do Brasil em aprimorar a GC por meio de medidas mais rigorosas de conformidade e responsabilidade (Castro et al., 2018).

O GR é um problema generalizado, e ações corretivas são necessárias (Jiraporn et al., 2008). Como resposta, os reguladores aprimoraram as normas contábeis, a governança e as regulamentações de auditoria para conter o GR (Marques et al., 2019). Em 2009, o Conselho Internacional de Normas de Auditoria e Asseguração (*International Auditing and Assurance Standards Board* - IAASB) introduziu a Norma Internacional de Auditoria (ISA) 265 para melhorar a comunicação das deficiências nos controles internos (DCI) (Dee et al., 2023).

No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) adotou a Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica de Auditoria (NBC TA) 265, uma versão traduzida da ISA 265, que exige que os auditores relatem DCI tanto à governança quanto à administração (Zittei et al., 2021). Da mesma forma, em 2016, o CFC introduziu a NBC TA 701, baseada na ISA 701, que determina a divulgação dos principais assuntos de auditoria (PAA). Os PAA representam um subconjunto das questões significativas comunicadas pelos auditores àqueles responsáveis pela governança, focando em questões de maior importância na auditoria. No entanto, nem todas as questões discutidas com a governança são classificadas como PAA (Sierra-García et al., 2019). O objetivo é promover divulgações

financeiras mais confiáveis, e, segundo Reid et al. (2019), as divulgações de PAA podem ajudar a reduzir o GR devido ao seu potencial impacto reputacional.

A possibilidade de divulgação dos PAA pode incentivar a administração a adotar práticas e apresentações de relatórios financeiros mais apropriadas, seja por meio de números preliminares da administração ou por auditores obtendo maior influência sobre a administração. Ao fornecer informações mais detalhadas em seus relatórios, os auditores podem sentir um maior senso de responsabilidade por seu trabalho, levando-os a realizar procedimentos adicionais para melhorar a qualidade dos relatórios financeiros (Reid et al., 2019).

Embora melhorias regulatórias tenham fortalecido o ambiente de governança e aumentado a relevância dos relatórios de auditoria (Coram & Wang, 2020), algumas dessas mudanças podem não necessariamente levar a uma maior qualidade de auditoria ou a melhores resultados de governança (Coram & Wang, 2020). Estudos no cenário brasileiro, como Castro et al. (2018), examinam a adesão aos programas de integridade da Lei Anticorrupção Brasileira e a implementação de controles internos. Além disso, Marques et al. (2023) e Silote et al. (2021) destacam a significância das deficiências nos controles internos e sua relação com a qualidade da auditoria e republicações de demonstrações financeiras. Santos et al. (2020) exploraram a importância dos PAA e sua associação com o GR, reforçando a relevância de estudar o contexto brasileiro.

Assim, busca-se verificar se o relatório de auditoria expandido, especificamente a adoção da ISA 701, entre outras normas NBC TA que também exigiram a inclusão de outros aspectos no relatório de auditoria externa,

influenciou o GR no mercado de capitais brasileiro, particularmente em empresas com DCI divulgadas. Para avaliar o impacto dos relatórios de auditoria expandidos no GR no Brasil, foram analisadas 1.478 observações firma-ano de 240 empresas.

Os resultados demonstram que empresas com DCI são mais propensas a praticar o GR devido à fiscalização reduzida. No entanto, a adoção da ISA 701, por meio da divulgação obrigatória de PAA, desempenha um papel significativo na redução do GR, ao aumentar a transparência e limitar a discricionariedade gerencial. A ISA 701 também modera a relação entre DCI anteriores e o GR, sugerindo que a norma proporciona uma supervisão regulatória que restringe a manipulação de lucros, mesmo em empresas com deficiências históricas de controle. Contudo, os efeitos esperados das divulgações de PAA no GR foram menos evidentes, indicando áreas potenciais para investigações futuras.

Assim, este estudo contribui: com pesquisadores ao mostrar que as pesquisas sobre DCI e PAA são complementares, e ambas as normas que exigem suas divulgações precisam ter seus efeitos sobre as *proxies* de GR analisados; com reguladores para a verificação dos efeitos da criação e adoção de normas de auditoria, bem como atingir os objetivos destas; com participantes do mercado de capitais, ao inferir sobre a importância das divulgações tanto das DCI relatadas em formulários de referência quanto dos PAA relatados em relatórios de auditoria; e com auditores e gestores ao evidenciar a pertinência de suas divulgações de forma adequada e oportuna conforme exigido pelas ISAs.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A separação entre propriedade e controle não apenas permite que os acionistas contratem gestores para maximizar o valor do negócio (Jensen & Meckling, 1976), mas também cria problemas de agência, gerando custos para proteger os interesses dos acionistas. Os acionistas utilizam mecanismos de monitoramento e incentivos para alinhar interesses (Harakeh et al., 2020). O Brasil apresenta oportunidades para o GR, mas a adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) melhorou a qualidade contábil, reduzindo o GR e aumentando a confiança dos investidores (Cavalier-Rosa & Tiras, 2013). A aplicação regulatória também desempenha um papel fundamental na contenção do GR, especialmente em países como o Brasil (Pelucio-Grecco et al., 2014).

Embora as auditorias sirvam como ferramentas importantes para mitigar problemas de agência, sua

eficácia depende amplamente da comunicação de violações de controles internos (Ismael & Kamel, 2021). No entanto, as auditorias podem não ser suficientes. Práticas eficazes de GC, incluindo controles internos robustos, são fundamentais para desencorajar o GR ao aumentar a transparência e a responsabilização (Asghar et al., 2020). Nesse contexto, as auditorias atuam como mecanismos de governança, garantindo que as demonstrações financeiras (FS) reflitam a realidade econômica da empresa (Itopa et al., 2022). Por sua vez, os controles internos, conforme delineados pelo *framework* do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), funcionam como mecanismos vitais dentro da estrutura de governança para assegurar relatórios financeiros precisos e mitigar riscos, incluindo o risco de GR (Tadesse et al., 2022).

O COSO visa orientar empresas na gestão de riscos, controle interno e prevenção de fraudes por meio de seus *frameworks* amplamente reconhecidos. Esses *frameworks*, particularmente úteis para melhorar a eficácia dos controles internos, são frequentemente adotados por empresas para cumprir os requisitos de conformidade da Lei Sarbanes-Oxley (SOX). De acordo com a Seção 404 da SOX, empresas de capital aberto e seus auditores são obrigados a avaliar e relatar a eficácia dos controles internos sobre relatórios financeiros (ICFR). A Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (SEC) exige que essa avaliação seja baseada em um *framework* reconhecido, com o modelo COSO endossado tanto pela SEC quanto pelo *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB) como adequado para a conformidade com o ICFR (Tadesse et al., 2022).

No Brasil, desafios no ambiente legal e institucional, caracterizados por fraca proteção ao investidor e propriedade concentrada, dificultam a eficácia da GC (Crisóstomo & de Freitas Brandão, 2019). As DCI agravam essas questões, pois controles frágeis tendem a ser ineficazes e podem oferecer maiores oportunidades para os gestores praticarem GR sem detecção. Nesse debate, a introdução da ISA 265, que exige que as empresas relatem DCI e que os auditores verifiquem se essas DCI foram relatadas correta e completamente pelos gestores, reforça ainda mais a importância dos controles internos como parte do amplo quadro de governança (Asghar et al., 2020; Zittei et al., 2021).

Além disso, os desafios políticos e econômicos do Brasil, intensificados pela corrupção, contribuem para um ambiente cultural que normaliza comportamentos antiéticos (Barboza & Da Rocha, 2023). Nesse contexto, a existência de DCI pode aumentar significativamente o risco de GR, pois controles internos fracos reduzem a capacidade da empresa de impor transparência e responsabilização financeira.

A pesquisa de Marques et al. (2023) sobre *accruals* discricionários, estimados usando o modelo Jones modificado, indica que empresas com DCI tendem a exibir níveis mais altos de discricionariedade nos lucros. Especificamente, a média de *accruals* discricionários para empresas com DCI foi de 0,15, um valor estatisticamente significativo que supera a média observada entre empresas sem DCI. Essa descoberta apoia a expectativa de que empresas com DCI são mais propensas a praticar o GR. Dado esse contexto, o estudo propõe as seguintes hipóteses:

H_1 : empresas com DCI apresentam níveis mais altos de GR.

Esforços para melhorar a qualidade da auditoria levaram a reformas, incluindo a introdução da ISA 701

em 2015, que exige que os auditores relatem PAA (Jones & Scott, 2022). Esta norma visa melhorar a qualidade da auditoria e reduzir o GR (Marques et al., 2019).

A qualidade dos relatórios financeiros pode melhorar (reduzir o EM) devido a requisitos de divulgação mais rigorosos (Bédard et al., 2019; Reid et al., 2019). Ao divulgar mais informações, como os PAA em seus relatórios, os auditores podem sentir um maior senso de responsabilidade por seu trabalho, levando-os a realizar procedimentos adicionais para aprimorar a qualidade dos relatórios financeiros. A potencial necessidade de maior transparência pode incentivar a administração a adotar práticas financeiras mais apropriadas, seja ajustando números pré-auditoria ou permitindo que os auditores exerçam maior influência sobre as decisões da administração (Reid et al., 2019; Santos et al., 2020). Assim, a seguinte hipótese é proposta:

H_{2a} : a adoção da ISA 701 reduziu os níveis de GR.

Essa conexão surge porque os PAA representam questões significativas identificadas durante os procedimentos de auditoria, que exigem maior escrutínio sobre contas e transações específicas. Segundo Alqam et al. (2021), os PAA envolvem principalmente o julgamento profissional do auditor na identificação das questões mais críticas expostas a riscos de auditoria, com o objetivo de reduzir a lacuna de expectativa observada em relatórios de auditoria tradicionais e enriquecer as informações fornecidas.

Como os PAA destacam questões críticas e riscos potenciais relevantes para os stakeholders, incluindo auditores, espera-se que empresas com um maior número de PAA apresentem maior GR (Santos et al., 2020). A pesquisa de Santos et al. (2020) sobre empresas do Índice Brasil 100 (IBRX100) indica que um aumento no logaritmo natural da quantidade de PAA relatados está associado a níveis mais altos de GR. Assim, a hipótese H_{2b} é que:

H_{2b} : empresas com mais PAA reportados apresentam níveis mais altos de GR.

De acordo com Li et al. (2019), embora o aumento de uma nova seção no relatório na forma de PAA tenha como pressuposto melhorias, não há evidências de que isso tenha adicionado valor informacional ao relatório do auditor, nem que tenha reduzido a assimetria informacional existente entre gestores e acionistas. No entanto, Rautiainen et al. (2021) ratificam a importância do novo relatório de auditoria, dada a redução da assimetria informacional observada após a inclusão dos PAA no relatório, especialmente em empresas que falharam em divulgar informações de qualidade.

De acordo com Coram e Wang (2020), embora o novo relatório de auditoria tenha proposto buscar a melhoria de sua qualidade informacional, atendendo assim investidores e usuários das divulgações financeiras, as diferentes descobertas de estudos empíricos legitimam o argumento contínuo sobre sua eficácia. Portanto, ainda há controvérsia sobre se o aumento no relatório trouxe mais complexidade do que transparência; há também ceticismo sobre se o relatório fornece as informações que os usuários precisariam para atender às suas necessidades.

O objetivo principal de uma auditoria independente é aumentar a confiabilidade das FS para os usuários. Ao compreender os controles internos da organização, os auditores avaliam fraquezas e deficiências de controle para identificar potenciais riscos de distorções materiais. Essa avaliação ajuda a moldar os procedimentos de auditoria e influencia quais PAA são relatados, orientando, em última análise, os stakeholders sobre as questões mais relevantes que impactam as FS (Silote et al., 2021).

Assim, os relatórios de auditoria são canais fundamentais para a comunicação entre investidores e auditores e servem como uma fonte primária de informações empresariais

para os *stakeholders*. No entanto, historicamente os relatórios de auditoria apresentavam divulgações repetitivas e breves que pouco faziam para reduzir a lacuna de informação entre empresas e investidores. A inclusão de PAA, iniciada pelo *UK's Financial Reporting Council* (Conselho de Relatórios Financeiros do Reino Unido) em 2013 e posteriormente adotada por outros países, obriga os auditores a divulgar descobertas significativas da auditoria das FS.

A literatura mostra que as divulgações de PAA podem influenciar as decisões dos investidores, reduzir os custos de financiamento de dívidas e melhorar a qualidade dos relatórios financeiros corporativos, particularmente em empresas com controles internos fracos ou menor qualidade da auditoria (Li & Zheng, 2024). Aliado a isso e dada a exposição de Santos et al. (2020) de que, no cenário brasileiro, há uma associação entre os PAA e o nível de GR, buscou-se analisar a hipótese 3:

H₃: após a divulgação de PAA, empresas com DCI apresentaram uma redução no GR.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo analisou uma amostra de 240 empresas listadas na Bolsa de Valores brasileira, com o setor financeiro excluído, de 2010 a 2019. Inicialmente, 240 empresas foram observadas ao longo de 10 anos (totalizando 2.400 observações); no entanto, utilizando a exclusão para casos com dados ausentes, chegou-se a uma amostra final de 1.478 observações. O período inicial foi justificado pela adoção das normas contábeis IFRS no Brasil.

Os dados de PAA foram coletados manualmente em relatórios de auditoria, as DCI foram coletadas manualmente a partir dos formulários de referência, os honorários de auditoria e a remuneração do conselho foram obtidas do banco de dados COMDINHEIRO, e os dados econômicos e financeiros gerais foram obtidos da LSEG Eikon. Os dados foram analisados utilizando estatísticas descritivas, análises de correlação e análises de regressão. Adotamos modelos de mínimos quadrados ordinários (OLS) para as regressões. As variáveis contínuas foram winsorizadas entre 1 e 99% para tratar o efeito de *outliers*. Além disso, para garantir as suposições de normalidade e heteroscedasticidade dos resíduos em ambos os modelos, aplicamos a transformação Box-Cox às variáveis contínuas de GR.

Para mitigar os riscos de endogeneidade neste estudo, foram empregadas estratégias econométricas robustas, incluindo o uso de regressões de efeitos fixos e a aplicação de transformações Box-Cox para garantir a normalidade e homoscedasticidade dos resíduos. O modelo incorpora variáveis independentes que controlam fatores potencialmente correlacionados com os principais regressores, como tamanho da empresa, nível de endividamento e remuneração do conselho. Além disso, a inclusão de termos de interação e análise de dados defasados permite capturar efeitos dinâmicos e reduzir potenciais vieses que poderiam levar a estimativas distorcidas.

3.1 Modelo Empírico

O modelo foi estimado para analisar o efeito pré e pós-adoção da ISA 701 (evento) e verificar as hipóteses H_{2a} e H₃. Foi analisado o efeito da diferença na adoção da norma em cada grupo sobre as *proxies* de qualidade dos lucros (QL). Com base nas equações 1.1, 1.2, 2.1 e 2.2, os modelos aplicados utilizaram regressões por OLS para ambas as *proxies* de GR adotadas neste estudo.

Para os coeficientes esperados da interação, esperamos que a adoção da ISA 701 mostre um efeito moderador, de

modo que a presença de divulgações de PAA em empresas com DCI esteja associada a níveis mais baixos de GR, indicando uma QL aprimorada. Esse efeito apoiaria a

hipótese de que o aumento da transparência na auditoria por meio das divulgações de PAA restringe a manipulação de lucros, especialmente em empresas com DCI.

$$GR_{i,t} = \beta_0 + D_1DCI_{i,t} + D_2ISA701_t + D_3DCI_{i,t} * ISA701_t + \sum_{k=1}^7 \beta_k Controles_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad 1.1$$

$$GR_{i,t} = \beta_0 + D_1DCI_{i,t-1} + D_2ISA701_t + D_3DCI_{i,t-1} * ISA701_t + \sum_{k=1}^7 \beta_k Controles_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad 1.2$$

onde $GR_{i,t}$ representa as *proxies* de QL para a empresa i no período t , β_0 é o intercepto, $DCI_{i,t}$ é a variável *dummy* para o grupo de tratamento que assume o valor 1 se a empresa i comunicou deficiências nos controles internos no período t , e $DCI_{i,t-1}$ é uma *dummy* semelhante à anterior, porém para o período defasado $t-1$, $ISA701_t$ é a *dummy* para a adoção da norma com valor 1 a partir de 2016, e $Controles_{i,t}$ são as variáveis de controle adotadas neste estudo.

Os critérios para definir os grupos de tratamento e controle foram baseados em Nakashima e Ziebart

(2015); eles classificaram o grupo de tratamento como a divulgação pela empresa de DCI; assim, o grupo de controle compreende as observações para períodos em que não foram divulgadas DCI. Essas análises foram realizadas sob perspectivas contemporâneas e defasadas.

Considerou-se analisar as equações 2.1 e 2.2 para a quantidade de deficiências nos controles internos ($NDCI_{i,t}$) de forma contemporânea e defasada ($NDCI_{i,t-1}$) em relação ao GR, respectivamente.

$$GR_{i,t} = \beta_0 + D_1DCI_{i,t} + D_2ISA701_t + D_3DCI_{i,t} * ISA701_t + \beta_1 NDCI_{i,t} + \beta_2 NDCI_{i,t} * ISA701_t + \sum_{k=1}^7 \beta_k Controles_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad 2.1$$

$$GR_{i,t} = \beta_0 + D_1DCI_{i,t-1} + D_2ISA701_t + D_3DCI_{i,t-1} * ISA701_t + \beta_1 NDCI_{i,t-1} + \beta_2 NDCI_{i,t-1} * ISA701_t + \sum_{k=1}^7 \beta_k Controles_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad 2.2$$

onde $NDCI_{i,t}$ representa a quantidade de deficiências nos controles internos comunicadas pela empresa i no ano t , $NDCI_{i,t-1}$ representa a quantidade de deficiências nos controles internos comunicadas pela empresa i no ano $t-1$.

As equações 3.1 e 3.2 representam os modelos adotados para as relações contemporâneas e defasadas, respectivamente, para as hipóteses H_{2b} e H_3 .

$$GR_{i,t} = \beta_0 + D_1DCI_{i,t} + \beta_1 NPAA_{i,t} + \beta_2 DCI_{i,t} * NPAA_{i,t} + \sum_{k=1}^7 \beta_k Controles_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad 3.1$$

$$GR_{i,t} = \beta_0 + D_1DCI_{i,t-1} + \beta_1 NPAA_{i,t-1} + \beta_2 DCI_{i,t-1} * NPAA_{i,t-1} + \sum_{k=1}^7 \beta_k Controles_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad 3.2$$

onde $NPAA_{i,t}$ representa a quantidade de PAA comunicados para a empresa i no ano t , $NPAA_{i,t-1}$ representa a quantidade de PAA comunicados para a empresa i no ano $t-1$.

A defasagem de 1 ano nas equações 1.2, 2.2 e 3.2 é justificada pela necessidade de capturar o efeito retardado das DCI e dos PAA sobre o GR. A literatura sugere que o

impacto de mecanismos de governança, como divulgações de auditoria e melhorias de controle, frequentemente se manifesta ao longo do tempo, à medida que as empresas ajustam gradualmente suas práticas financeiras em resposta a descobertas anteriores de auditoria (DeFond & Zhang, 2014). Além disso, o uso da defasagem permite

avaliar melhor a persistência das DCI e a influência sustentada das divulgações de PAA, reduzindo o potencial viés de simultaneidade que poderia surgir da análise de efeitos contemporâneos. Essa abordagem está alinhada com estudos que destacam como as condições de auditoria e governança do ano anterior podem moldar os comportamentos de relatórios financeiros do ano atual, refletindo a natureza progressiva da conformidade e das melhorias internas (Marques et al., 2023).

Dado que a ISA 701 foi implementada no Brasil em 2016, denominada NBC TA 701, esta análise considera o período de 2016 a 2019 e não a ocorrência deste evento. Modelos de mínimos quadrados ordinários (OLS) foram analisados para as regressões, e todas as regressões de painel (para as *proxies* de QL) foram estimadas com efeitos fixos para empresa e ano. Embora regressões OLS e modelos de efeitos fixos sejam amplamente utilizados em estudos econométricos, selecionamos esses modelos especificamente por sua eficácia em abordar o potencial viés de variável omitida e sua adequação para dados em painel com efeitos fixos por empresa e ano.

Modelos alternativos, como efeitos aleatórios ou mínimos quadrados generalizados (GLS), foram

considerados; no entanto, os efeitos fixos permitiram controlar a heterogeneidade não observada entre as empresas, o que é particularmente importante devido aos fatores específicos de cada empresa que poderiam influenciar os comportamentos de GR. Além disso, o uso de erros padrão robustos ajuda a mitigar preocupações com heteroscedasticidade e autocorrelação em nosso conjunto de dados. As variáveis de controle adotadas foram as mesmas, dado que as variáveis dependentes se repetem.

3.2 Proxies de Qualidade dos Lucros

Todas as *proxies* de GR foram analisadas em testes de regressão com valores absolutos. Assim, as inferências referem-se ao quanto a empresa gerencia seus resultados, em vez de se os gestores gerenciam mais ou menos lucros. As *proxies* de QL por gerenciamento de resultados por *accruals* (GRA) foram operacionalizadas de acordo com os trabalhos de Dechow et al. (1995), Jones (1991) e Kothari et al. (2005). A operacionalização das respectivas *proxies* é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1

Variáveis dependentes – Proxies de QL

Gerenciamento de resultados por <i>accruals</i> (GRA)		
Accr _{it}	Accruals totais	$Accr_{it} = ((\Delta CA_{it} - \Delta CASHE_{it} - (\Delta CL_{it} - \Delta Lfst_{it} - \Delta TaxPay_{it}) - Deprec) / (TA_{it-1}))$
JONES	Jones (1991)	$Accr_{it} = \alpha_1 \left(\frac{1}{TA_{it-1}} \right) + \alpha_2 \left(\frac{\Delta NR_{it}}{TA_{it-1}} \right) + \alpha_3 \left(\frac{PPE_{it}}{TA_{it-1}} \right) + \varepsilon_t *$
DSS	Dechow et al. (1995)	$Accr_{it} = \alpha_1 \left(\frac{1}{TA_{it-1}} \right) + \alpha_2 \left(\frac{\Delta NR_{it} - \Delta AR_{it}}{TA_{it-1}} \right) + \alpha_3 \left(\frac{PPE_{it}}{TA_{it-1}} \right) + \varepsilon_t *$
KLW	Kothari et al. (2005)	$Accr_{it} = \alpha_1 \left(\frac{1}{TA_{it-1}} \right) + \alpha_2 \left(\frac{\Delta NR_{it} - \Delta AR_{it}}{TA_{it-1}} \right) + \alpha_3 \left(\frac{PPE_{it}}{TA_{it-1}} \right) + \alpha_4 \left(\frac{ROA_{it-1}}{TA_{it}} \right) + \varepsilon_t$

Accr = *accruals totais*; GRA = *gerenciamento de resultados por accruals*; AR = *contas a receber*; CA = *ativos correntes*; CASHE = *caixa e equivalentes*; CL = *passivos correntes*; Deprec = *depreciação*; QL = *qualidade dos lucros*; Lfst = *empréstimos e financiamentos de curto prazo*; NR = *receita líquida*; PPE = *instalações, propriedades e equipamentos*; ROA = *retorno sobre ativos*; TA = *ativos totais*; TaxPay = *impostos a pagar*.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Assim, temos o gerenciamento de resultados por *accruals* (GRA), que recentemente foi observada na literatura como influenciada por DCI e PAA, medida seguindo os estudos de Bédard et al. (2019), Dechow et al. (1995), Ismael e Kamel (2021), Jones (1991), Kothari et al. (2005), Li et al. (2020), Nakashima e Ziebart (2015) e Santos et al. (2020).

3.3 Variáveis Independentes

Como variável de interesse independente, utilizou-se uma variável *dummy* que captura a adoção pré e pós-ISA 701 para a amostra ($ISA701_t$). Esta variável assume o valor 1 após a implementação da norma de divulgação de PAA e 0 quando não implementado. De acordo com Santos et al. (2020), esperava-se uma diminuição do gerenciamento de resultados por *accruals* (GRA) após a ISA 701.

Também utilizou-se uma *proxy* para empresas que relataram DCI no período analisado ($DCI_{i,t}$), operacionalizado como uma variável *dummy*, assumindo valor igual a 1 quando informada(s) fraqueza(s) nos controles internos e 0 quando não. De acordo com Nakashima e Ziebart (2015), espera-se um aumento no GRA para empresas que divulgaram DCI, pois esses autores consideraram os mesmos critérios para classificar empresas entre grupos de tratamento e controle, como neste estudo.

Dois outras variáveis de interesse independentes foram adotadas para DCI, como segue: $NDCI_{i,t}$, com base em Boulhaga et al. (2022), Dee et al. (2023) e Zulfikar et al. (2021), é uma medida para a quantidade de DCI relatada para a empresa no ano t . Para a quantidade de PAA, considerou-se $NPAA_{i,t}$, como a quantidade de PAA divulgados, com base em Alqam et al. (2021) e Santos et al. (2020), semelhante à métrica anterior para DCI.

Finalmente, ao considerar as interações entre $ISA701_t$ e o grupo de tratamento, espera-se capturar o efeito da ISA 701 na presença de deficiências nos controles internos. A significância dos coeficientes de interação indica que a adoção da norma de divulgação de PAA foi relevante e modera a relação entre a divulgação de deficiências nos controles internos e as *proxies* de GR.

3.4 Variáveis de Controle

Para controlar o efeito de outros incentivos/restrições sobre o GR, foram incluídas variáveis associadas às hipóteses de oportunismo dos agentes, nível de

endividamento, custos políticos e risco de auditoria (Li et al., 2020), construídas a partir dos procedimentos na Tabela 2.

Para controlar o potencial oportunismo dos agentes, foi utilizada a remuneração do conselho ($BoardRem_{it}$), que busca controlar a propensão do conselho à manipulação. Nesse sentido, quanto maior o valor da variável, maior o ímpeto manipulativo e, conseqüentemente, os níveis das *proxies* de GR (Indrawati & Surjandari, 2022; Itopa et al., 2022).

Considerando a hipótese de que empresas mais endividadas são incentivadas a apresentar maior GR como resultado de contratos de dívida e da necessidade de reduzir a percepção de risco pelos credores, foi utilizado o endividamento geral, conforme Marques et al. (2019), Reid et al. (2019) e Santos et al. (2020). O tamanho da empresa (SIZ_{it}) e o retorno sobre as ações (RS_{it}) foram usados para controlar o efeito dos custos políticos. Essas variáveis capturam a maior visibilidade da empresa no mercado, e, portanto, empresas com maior tamanho e desempenho foram menos propensas ao GR (Velte, 2019). No entanto, por serem alvos de interesse no mercado de investimentos, empresas com maiores retornos (ROE_{it}) podem estar sob pressão para manter seus resultados, sugerindo, neste contexto, uma maior propensão para GR (NL, 2019).

Por fim, duas *proxies* de auditoria foram utilizadas: os honorários de auditoria ($AudFees_{it}$) e o tipo de auditoria ($Big4_{it}$). Os honorários de auditoria capturam maior engajamento do auditor na redução do risco de auditoria e melhor qualidade dos números contábeis (Ferreira & Morais, 2019; Indrawati & Surjandari, 2022).

3.5 Análises Adicionais

Como análises adicionais, considerou-se as *proxies* de QL para gerenciamento de resultados por atividades reais (GRR), desenvolvidas conforme o estudo de Roychowdhury (2006). Foram usadas as *proxies* desenvolvidas a partir de Roychowdhury (2006), reportando fluxo de caixa operacional discricionário (CFO_{it}), custos ($COGS_{it}$), inventário (INV_{it}), produção ($PROD_{it}$), e despesas ($DISEXP_{it}$) que são influenciadas por DCI e PAA (Boulhaga et al., 2022; Li et al., 2020; Wali & Masmoudi, 2020). Essas análises adicionais foram operacionalizadas de acordo com as equações anteriores e abrangeram as mesmas variáveis independentes.

Tabela 2
 Descrição e operacionalização das variáveis determinantes do GR

Variáveis	Operacionalização	SE	
		GRA	GRR
Painel A – Variáveis de interesse			
Empresa com deficiências em controles internos	$DCI_{i,t}$	Dummy com valor 1 se houver DCI relatadas no ano t	+ -
Adoção da ISA 701	$ISA701_t$	Dummy com valor 1 após a adoção da norma e 0 antes	- +
Quantidade de DCI	$NDCI_{i,t}$	Quantidade de DCI relatadas	+ -
Quantidade de PAA	$NPAA_{i,t}$	Quantidade de PAA relatados	- +
Painel B – Variáveis de controle			
Tamanho da empresa	SIZ_{it}	$\ln(TA)$	- +
Nível de endividamento	$DebLevel_{it}$	$\ln\left(\frac{TL}{TA}\right)$	- -
Remuneração do conselho	$BoardRem_{it}$	Variável quadrática da compensação dos diretores	+ +
Retorno sobre o patrimônio líquido	ROE_{it}	$\left(\frac{NI}{Eq}\right)^2$	+ +
Retorno sobre ações	RS_{it}	$\ln\left(\frac{Price_t}{Price_{t-1}}\right)$	- +
Honorários de auditoria	$AudFees_{it}$	Logaritmo natural dos honorários de auditoria	- -
Tipo de auditoria	$Big4_{it}$	Dummy que assume valor 1 quando o auditor é uma firma Big4 e 0 caso contrário	- -
Auditoria	Aud_{it}	Catégorica para todos os auditores Big4	- -
Governança	Gov_{it}	Segmento de governança de acordo com as categorias da B3. "Tradicional" é a referência.	- -

GRA = gerenciamento de resultados por accruals; B3 = B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; GR = gerenciamento de resultados; Eq = patrimônio líquido total; SE = sinal esperado; NI = lucro líquido; Price = preço da ação; GRR = gerenciamento de resultados por atividades reais; TA = ativos totais; TL = passivos.

Fonte: Elaborado pelos autores.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As estatísticas descritivas das variáveis contemporâneas deste estudo e os resultados do teste t, que compara a diferença entre as médias, em que 328 das 1.478 observações são para períodos em que as empresas

divulgaram DCI, constam na Tabela 3. De acordo com o evento estudado, após a adoção da norma ISA 701, as DCI começaram a ser reportadas com maior frequência pelas empresas listadas na bolsa de valores brasileira.

Tabela 3
Estatísticas descritivas

Variáveis	n	Sem DCI _{it} n = 1.150	Com DCI _{it} n = 328	Valor-p ¹
Variáveis quantitativas²				
<i>Jones</i> _{it}	1.478	0,001 (0,108)	0,011 (0,106)	0,10
<i>DSS</i> _{it}	1.478	-0,001 (0,098)	0,009 (0,092)	0,11
<i>KLW</i> _{it}	1.478	-0,001 (0,089)	0,008 (0,091)	0,11
<i>NDCl</i> _{it}	1.478	0,000 (0,000)	2,000 (1,455)	< 0,001
<i>NPAA</i> _{it}	402	2,399 (0,740)	2,507 (0,742)	0,4
<i>CFO</i> _{it}	1.478	0,003 (0,066)	-0,001 (0,064)	0,3
<i>COGS</i> _{it}	1.478	0,008 (0,302)	-0,008 (0,271)	0,4
<i>INV</i> _{it}	1.478	0,007 (0,070)	0,015 (0,082)	0,11
<i>PROD</i> _{it}	1.478	-0,001 (0,093)	0,007 (0,100)	0,2
<i>DISEXP</i> _{it}	1.478	0,007 (0,374)	-0,008 (0,352)	0,5
<i>SIZ</i> _{it}	1.478	21,500 (1,840)	22,024 (1,705)	< 0,001
<i>DebLevel</i> _{it}	1.478	0,751 (0,675)	0,727 (0,645)	0,6
<i>BoardRem</i> _{it}	1.478	9,784 (6,825)	10,173 (6,976)	0,4
<i>ROE</i> _{it}	1.478	0,059 (0,658)	0,030 (0,515)	0,4
<i>RS</i> _{it}	1.411	0,017 (0,518)	-0,126 (0,519)	< 0,001
<i>AudFees</i> _{it}	1.478	13,024 (1,433)	13,530 (1,272)	< 0,001
Variáveis qualitativas³				
<i>Big4</i> _{it}	1.478	722 (63%)	240 (73%)	< 0,001
<i>ISA701</i> _t	1.478	338 (29%)	176 (54%)	< 0,001

Nota: O negrito sinaliza diferenças significativas entre as médias dos dois grupos.

*AudFees*_{it} = taxas de auditoria; *Big4*_{it} = tipo de auditoria; *BoardRem*_{it} = remuneração do conselho no ano *t*; *CFO*_{it} = fluxo de caixa operacional discricionário; *COGS*_{it} = custos discricionários; *DebLevel*_{it} = nível de endividamento da empresa *i* no ano *t*; *DISEXP*_{it} = despesas discricionárias; *DSS*_{it} = accruals discricionários conforme o modelo de Dechow et al. (1995); *DCI*_{it} = 1 se a empresa divulgou fraqueza nos controles internos; *INV*_{it} = inventário discricionário; *ISA701*_t = adoção da Norma Internacional de Auditoria (ISA) 701; *Jones*_{it} = accruals discricionários conforme o modelo de Jones (1991); *KLW*_{it} = accruals discricionários conforme o modelo de Kothari et al. (2005); *N* = número de observações; *NDCl*_{it} = número de deficiências nos controles internos divulgadas; *NPAA*_{it} = número de principais assuntos de auditoria publicadas no relatório de auditoria; *PROD*_{it} = produção discricionária; *ROE*_{it} = retorno sobre o patrimônio líquido; *RS*_{it} = retorno sobre as ações; *SIZ*_{it} = tamanho da empresa no ano *t*.

¹ Teste *t* de Welch para duas amostras, teste de soma de postos de Kruskal-Wallis; ² Média (desvio padrão); ³ Eventos ocorridos (% de eventos).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Empresas que relatam DCI são, em média, mais proeminentes, apresentam menor aumento nos retornos das ações (SR), são principalmente auditadas por firmas de auditoria *Big4* e pagam honorários de auditoria mais altos. Diante desses resultados, inferimos que as DCI e indicadores de GC piores são prejudiciais e mais custosos para as empresas.

Como *proxies* de GR, aquelas baseadas em *accruals* (GRA) apresentaram médias inferiores em comparação com o gerenciamento de resultados por atividades reais (GRR), embora o *p*-valor do teste *t* não tenha indicado diferenças nas médias desses para empresas que divulgam DCI ou não. Outro resultado que chama a atenção é que,

sempre que a empresa divulga alguma DCI no formulário de referência, pelo menos um PAA é relatado no relatório de auditoria, corroborando a relevância e confiabilidade tanto no potencial da auditoria quanto no julgamento do auditor.

O teste de correlação de Spearman é o mais apropriado para variáveis discretas e binárias e também em casos em que a distribuição normal de variáveis contínuas não pode ser observada. Entre as *proxies* de QL – variáveis dependentes nas equações deste estudo – não foi observada correlação significativa entre as *proxies* de GRA e GRR, o que foi previsto na literatura de acordo com os estudos de Nakashima e Ziebart (2015) e Wali e Masmoudi (2020).

Entre as *proxies* de GRA, foi observada uma correlação significativa a 0,1%, variando de 79 a 95%. Quanto às variáveis de GRR, quando correlações significativas foram percebidas, estas foram negativas para o fluxo de caixa operacional (CFO_{it}) e positivas nas outras combinações possíveis.

O fluxo de caixa operacional discricionário foi a *proxy* de GRR com o maior número de correlações significativas e negativas para as variáveis de controle adotadas neste estudo. Nesse sentido, empresas maiores têm menor endividamento, oferecem maior compensação variável ao conselho e pagam honorários de auditoria mais altos. Taxas de retorno mais altas (ROE_{it}) e remuneração variável do conselho estão associadas a uma redução no gerenciamento de resultados por *accruals* de 14% e 12%, respectivamente.

Quanto maiores os honorários pagos, menor o gerenciamento de resultados por *accruals* para pelo menos 12% das observações. Esses honorários de auditoria ($AudFees_{it}$) são positivamente correlacionados com a presença de DCI, com a quantidade de DCI e com a quantidade de PAA, assim: (i) em 19% da amostra, se alguma DCI é divulgada, maiores são os honorários; (ii) em 16%, quanto maior a quantidade de DCI relatada, maior o gasto com auditoria externa; e (iii) para 21% dos dados, quanto mais PAA são relatados pelos auditores, maiores são esses honorários.

4.1 Análises de Regressão

Nas regressões para as equações 1.1 e 1.2 (Tabela 4), com o gerenciamento de resultados por *accruals* como variável dependente, resultados significativos das variáveis explicativas de interesse emergem apenas no Painel B, indicando efeitos quando DCI do ano anterior são consideradas. Especificamente, a adoção da ISA 701 demonstra um impacto negativo no GR, evidenciado no modelo DSS_{it} com um coeficiente de -0,488 ($p < 0,05$). Esse resultado sugere que a implementação da ISA 701 está efetivamente reduzindo os *accruals* discricionários, alinhando-se assim com o objetivo da norma de aumentar a transparência da auditoria e mitigar a assimetria de informação. Consequentemente, essas descobertas confirmam a hipótese H_{2a} , que postula que a adoção da ISA 701 reduz os níveis de GR ao introduzir os PAAs como uma ferramenta de monitoramento.

Esses resultados são consistentes com a teoria da agência, que explica que a separação entre propriedade e controle introduz custos de agência, pois os gestores podem agir em seus próprios interesses, a menos que sejam efetivamente monitorados (Jensen & Meckling,

1976). A exigência de divulgar PAA sob a ISA 701 funciona como um mecanismo de auditoria que aborda esses problemas de agência ao aumentar a responsabilização gerencial, reduzir sua latitude discricionária nos relatórios e, assim, proteger os interesses dos acionistas (Asghar et al., 2020; Harakeh et al., 2020). A associação negativa confirmada entre a adoção da ISA 701 e o GR alinha as ações da administração mais de perto com os interesses dos acionistas, validando a hipótese H_{2a} .

Essa descoberta é particularmente relevante no contexto do mercado brasileiro, onde estruturas de propriedade concentrada e proteções relativamente mais fracas aos investidores podem exacerbar o GR (Crisóstomo & de Freitas Brandão, 2019). Ao divulgar PAA, os auditores fornecem aos *stakeholders insights* sobre áreas de risco significativo de auditoria, o que ajuda a reduzir a lacuna de governança em tais ambientes. Essa transparência obriga os gestores a adotarem práticas financeiras mais conservadoras e transparentes, conforme observado por Santos et al. (2020), que notam que as divulgações de PAA incentivam a administração a reduzir o GR para evitar danos reputacionais. As descobertas, portanto, destacam o papel da ISA 701 não apenas em melhorar a qualidade da auditoria, mas também em fortalecer os quadros de GC ao aprimorar a confiabilidade das divulgações financeiras (Reid et al., 2019).

Em resumo, esses resultados destacam a significância prática dos PAA na contenção do GR, particularmente em contextos com riscos de agência elevados. A confirmação da hipótese H_{2a} afirma que normas como a ISA 701 podem ser fundamentais para aprimorar a governança e alinhar as ações corporativas com os interesses dos investidores, reduzindo, em última análise, a assimetria de informação e protegendo o valor de mercado da empresa.

A interação $DCI_{it-1} * ISA701_t$ é significativa (0,179, $p < 0,05$) no modelo KLW_{it} , indicando que a adoção da ISA 701 modera a relação entre DCI anteriores e o GR. Especificamente, a presença da ISA 701 reduz a probabilidade de manipulação de lucros mesmo entre empresas com DCI previamente divulgadas, destacando a importância regulatória da ISA 701 como um mecanismo corretivo para empresas que enfrentam desafios de governança. Esse resultado fornece suporte para a hipótese H_3 , que postula que a adoção da ISA 701 modera negativamente a relação entre DCI e GR ao aumentar a transparência e a responsabilização.

Essas descobertas destacam o papel das normas de auditoria, como a ISA 701, na contenção de comportamentos oportunistas associados às DCI. Ao exigir a divulgação de PAA, a ISA 701 fortalece o quadro de governança ao limitar o impacto de DCI

Tabela 4
Resultados das regressões para as equações 1.1 e 1.2

	SE	Jones _{it}	DSS _{it}	KLW _{it}
Painel A – Resultados da regressão para GRA e para a equação 1.1				
<i>Intercepto</i>		-1,125** (0,351)	-1,452*** (0,355)	-2,768*** (0,360)
<i>DCI_{it}</i>	(-)	0,043 (0,058)	0,010 (0,058)	0,200 (0,134)
<i>ISA701_t</i>	(+)	0,007 (0,040)	0,025 (0,040)	0,132 (0,137)
<i>DCI_{it}*ISA701_t</i>	(+)	0,007 (0,078)	0,026 (0,077)	-0,197 (0,186)
<i>SIZ_{it}</i>	(-)	-0,072*** (0,018)	-0,063*** (0,018)	-0,031 (0,020)
<i>DebLevel_{it}</i>	(-)	0,044 (0,033)	0,044 (0,034)	0,007 (0,036)
<i>BoardRem_{it}</i>	(+)	-0,001 (0,003)	-0,003 (0,003)	0,002 (0,005)
<i>ROE_{it}</i>	(+)	-0,010 (0,024)	0,017 (0,024)	-0,021 (0,072)
<i>RS_{it}</i>	(-)	0,125*** (0,033)	0,109*** (0,032)	0,215* (0,106)
<i>AudFees_{it}</i>	(-)	0,009 (0,020)	0,015 (0,020)	0,017 (0,029)
<i>AudDTT_{it}</i>	(-)	-0,065 (0,045)	-0,004 (0,045)	-0,050 (0,064)
<i>AudEY_{it}</i>	(-)	0,030 (0,042)	-0,015 (0,042)	-0,055 (0,064)
<i>AudKPMG_{it}</i>	(-)	0,036 (0,042)	0,039 (0,042)	-0,011 (0,068)
<i>AudPWC_{it}</i>	(-)	0,072 (0,041)	0,036 (0,040)	0,143* (0,067)
<i>GovN1_{it}</i>	(-)	0,064 (0,047)	0,052 (0,047)	0,047 (0,045)
<i>GovN2_{it}</i>	(-)	-0,046 (0,064)	0,049 (0,066)	0,039 (0,058)
<i>GovNM_{it}</i>	(-)	-0,084 (0,078)	-0,055 (0,080)	-0,082 (0,071)
Observações		1.257	1.257	1.257
Empresas		172	172	172
Controle de setor		Sim	Sim	Sim
Efeitos fixos de empresa e ano		Sim	Sim	Sim
R ²		0,105	0,089	0,491
R ² ajustado		0,087	0,070	0,404
Valor-p		0,000	0,000	0,000
Painel B – Resultados da regressão para GRA e para a equação 1.2				
<i>Intercepto</i>		-1,780*** (0,478)	-1,718** (0,523)	-2,668*** (0,339)
<i>DCI_{it-1}</i>	(-)	0,194 (0,145)	0,164 (0,158)	-0,014 (0,048)
<i>ISA701_t</i>	(+)	-0,110 (0,188)	-0,488* (0,206)	-0,007 (0,040)
<i>DCI_{it-1}*ISA701_t</i>	(+)	-0,142 (0,237)	0,022 (0,260)	0,179* (0,074)
Variáveis de controle		Sim	Sim	Sim
Observações		1.097	1.097	1.097
Empresas		170	170	170
Controle de setor		Sim	Sim	Sim
Efeitos fixos de empresa e ano		Sim	Sim	Sim
R ²		0,368	0,287	0,129
R ² ajustado		0,259	0,163	0,109
Valor-p		0,000	0,001	0,000

Notas: Os valores entre parênteses representam os erros padrão, que auxiliam na interpretação dos intervalos de confiança para os coeficientes. Painel com efeitos fixos para empresa e ano. Erros padrão robustos agrupados.

GRA = gerenciamento de resultados por accruals; *AudFees_{it}* = taxas de auditoria; *Audit* = tipo de auditoria; *BoardRem_{it}* = remuneração do conselho no ano *t*; *DebLevel_{it}* = nível de endividamento da empresa *i* no ano *t*; *DSS_{it}* = accruals discricionários conforme o modelo de Dechow et al. (1995); *SE* = sinal esperado; *ISA701_t* = adoção da Norma Internacional de Auditoria (ISA) 701; *Jones_{it}* = accruals discricionários conforme o modelo de Jones (1991); *KLW_{it}* = accruals discricionários conforme o modelo de Kothari et al. (2005); *NDCI_{it}* = número de deficiências nos controles internos divulgadas; *ROE_{it}* = retorno sobre o patrimônio líquido; *RS_{it}* = retorno sobre as ações; *SIZ_{it}* = tamanho da empresa no ano *t*.

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$. O negrito denota $p < 0,10$.

Fonte: Elaborado pelos autores.

previamente relatadas no GR (Reid et al., 2019; Santos et al., 2020). Isso está alinhado com a teoria da agência, que enfatiza que mecanismos de monitoramento eficazes reduzem os custos de agência decorrentes da separação entre propriedade e controle, alinhando assim as ações gerenciais com os interesses dos acionistas (Jensen & Meckling, 1976). Em mercados como o brasileiro, onde a propriedade concentrada e salvaguardas institucionais mais fracas podem aumentar o risco de GR, requisitos de divulgação rigorosos, como os introduzidos pela ISA 701, desempenham um papel importante na melhoria da integridade financeira (Crisóstomo & de Freitas Brandão, 2019).

Na Tabela 5, os Painéis A e B examinam os modelos contemporâneos e defasados, incorporando variáveis que capturam a quantidade de DCI divulgadas pelas empresas. No Painel A, a variável que representa o número de DCI ($NDCI_{it}$) está positiva e significativamente associada ao GR nos modelos $Jones_{it}$ (0,311, $p < 0,05$) e KLW_{it} (0,070, $p < 0,05$). Essa relação positiva sugere que, à medida que as DCI aumentam, o GR por meio de *accruals* também cresce, pois controles internos mais fracos reduzem a responsabilização e proporcionam maior espaço para a discricionariedade gerencial. Esse resultado confirma a hipótese H_1 , que afirma que empresas com mais DCI são propensas a apresentar níveis mais altos de GR. Essa descoberta é consistente com a teoria da agência, que postula que controles deficientes dificultam a supervisão eficaz dos acionistas, permitindo um comportamento gerencial mais oportunista (Jensen & Meckling, 1976).

Além disso, a interação entre $NDCI_{it}$ e a adoção da ISA 701 ($NDCI_{it} * ISA701_t$) é significativa e negativa no modelo que considera $Jones_{it}$ (-0,407, $p < 0,05$). Essa descoberta confirma a hipótese H_3 ao mostrar que a ISA 701 mitiga a relação positiva entre DCI e o GR. Ao aumentar a transparência por meio de divulgações obrigatórias de PAA, a ISA 701 reduz as oportunidades para manipulação de lucros, mesmo entre empresas com deficiências existentes nos controles internos. Esse resultado destaca o papel da ISA 701 como uma ferramenta regulatória que fortalece a GC, alinha as práticas de gestão com os interesses dos acionistas e restringe os riscos associados às DCI, especialmente em mercados com maiores custos de agência (Reid et al., 2019; Santos et al., 2020).

No Painel B, que inclui o efeito das deficiências nos controles internos do ano anterior (DCI_{it-1}), o modelo DSS_{it} revela um coeficiente negativo e significativo para $ISA701_t$ (-0,428, $p < 0,05$). Essa descoberta sugere que a adoção da ISA 701 reduziu efetivamente o GR por meio de *accruals* discricionários em 0,428, e está alinhada à hipótese H_3 ,

que postula que a ISA 701 reduz o GR ao aumentar a transparência e a responsabilização (Marques et al., 2019; Reid et al., 2019). A ISA 701, ao exigir a divulgação de principais assuntos de auditoria, promove práticas de relatórios financeiros mais confiáveis. Essa medida regulatória está alinhada com a teoria da agência, pois limita a discricionariedade gerencial e alinha as ações da administração com os interesses dos acionistas ao reduzir a assimetria de informação existente entre administração e acionistas (Jensen & Meckling, 1976). Esse resultado demonstra que a transparência aprimorada da auditoria desempenha um papel significativo na mitigação dos riscos de manipulação de lucros.

A interação $DCI_{it-1} * ISA701_t$ é significativa em todos os modelos ($Jones_{it}$: 0,768, $p < 0,05$; DSS_{it} : 0,983, $p < 0,05$; KLW_{it} : 0,856, $p < 0,05$), sugerindo que, embora a adoção da ISA 701 restrinja o GR, empresas com DCI históricas podem continuar praticando EM, ainda que em menor grau. Isso apoia parcialmente a hipótese H_3 , que propõe que a ISA 701 modera a relação entre DCI e GR, mesmo na presença de deficiências de governança anteriores (Santos et al., 2020). Essa descoberta reflete que, embora a ISA 701 fortaleça a supervisão e reduza alguns dos riscos de agência associados às DCI, deficiências persistentes nos controles internos ainda podem influenciar os relatórios financeiros, destacando que a supervisão regulatória por si só pode não eliminar completamente os conflitos de agência em empresas com problemas de governança de longa data (Coram & Wang, 2020; Rautiainen et al., 2021).

Além disso, os coeficientes positivos e significativos para o número defasado de deficiências nos controles internos ($NDCI_{it-1}$) nos modelos $Jones_{it}$ (0,263, $p < 0,01$), DSS_{it} (0,207, $p < 0,10$) e KLW_{it} (0,260, $p < 0,01$) implicam que DCI anteriores estão correlacionadas com um aumento nos *accruals* discricionários atuais. Esse resultado confirma a hipótese H_1 , sugerindo que as DCI estão associadas a níveis elevados de GR devido à reduzida responsabilização e governança mais fraca. Isso é consistente com a previsão da teoria da agência de que controles deficientes aumentam as oportunidades gerenciais para manipulação de lucros ao reduzir a eficácia do monitoramento pelos acionistas (Asghar et al., 2020; Itopa et al., 2022; Jensen & Meckling, 1976). Consequentemente, empresas com deficiências de controle anteriores são mais propensas a praticar maior GR, destacando a importância de controles internos robustos como um fator dissuasor.

Já a interação entre o número defasado de deficiências nos controles internos ($NDCI_{it-1}$) e $ISA701_t$ ($NDCI_{it-1} * ISA701_t$) apresenta resultados negativos e significativos em todos os modelos ($Jones_{it}$: -0,373, $p < 0,01$; DSS_{it} : -0,391, $p < 0,01$; KLW_{it} : -0,350, $p < 0,01$). Essa descoberta apoia a

Tabela 5

Resultado das regressões para as equações 2.1 e 2.2

	SE	Jones _{it}	DSS _{it}	KLW _{it}
Painel A – Resultados da regressão para GRA e para a equação 2.1				
Intercepto		-1,650*** (0,434)	-1,743*** (0,445)	-2,619*** (0,300)
DCI _{it}	(+)	-0,485 (0,368)	-0,270 (0,378)	-0,148 (0,092)
ISA701 _t	(-)	0,131 (0,165)	0,068 (0,169)	0,007 (0,035)
DCI _{it} *ISA701 _t	(-)	0,565 (0,440)	0,397 (0,452)	0,224 (0,119)
NDCI _{it}	(+)	0,311* (0,143)	0,198 (0,146)	0,070* (0,033)
NDCI _{it} *ISA701 _t	(-)	-0,407* (0,161)	-0,313 (0,166)	-0,057 (0,042)
Variáveis de controle		Sim	Sim	Sim
Observações		1.257	1.257	1.257
Empresas		172	172	172
Controle de setor		Sim	Sim	Sim
Efeitos fixos de empresa e ano		Sim	Sim	Sim
R ²		0,424	0,344	0,128
R ² ajustado		0,316	0,221	0,109
Valor-p		0,000	0,000	0,000
Painel B – Resultados das regressão para GRA e para a equação 2.2				
Intercepto		-1,768*** (0,466)	-1,693** (0,511)	-2,810*** (0,409)
DCI _{it-1}	(+)	-0,450 (0,272)	-0,346 (0,298)	-0,462 (0,239)
ISA701 _t	(-)	-0,073 (0,185)	-0,428* (0,203)	-0,076 (0,162)
DCI _{it-1} *ISA701 _t	(-)	0,768* (0,383)	0,983* (0,420)	0,856* (0,336)
NDCI _{it-1}	(+)	0,263** (0,095)	0,207* (0,105)	0,260** (0,084)
NDCI _{it-1} *ISA701 _t	(-)	-0,373** (0,125)	-0,391** (0,137)	-0,350** (0,110)
Variáveis de controle		Sim	Sim	Sim
Observações		1,097	1,097	1,097
Empresas		170	170	170
Controle de setor		Sim	Sim	Sim
Efeitos fixos de empresa e ano		Sim	Sim	Sim
R ²		0,406	0,329	0,478
R ² ajustado		0,294	0,201	0,379
Valor-p		0,000	0,000	0,000

Notas: Os valores entre parênteses representam os erros padrão, que auxiliam na interpretação dos intervalos de confiança para os coeficientes. Painel com efeitos fixos para empresa e ano. Erros padrão robustos agrupados.

GRA = gerenciamento de resultados por accruals; DSS_{it} = accruals discricionários conforme o modelo de Dechow et al. (1995); SE = sinal esperado; DCI_{it} = 1 se a empresa divulgou fraqueza nos controles internos; ISA701_t = adoção da Norma Internacional de Auditoria (ISA) 701; Jones_{it} = accruals discricionários conforme o modelo de Jones (1991); KLW_{it} = accruals discricionários conforme o modelo de Kothari et al. (2005); NDCI_{it} = número de deficiências nos controles internos divulgadas.

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$. O negrito denota $p < 0,10$.

Fonte: Elaborado pelos autores.

hipótese H₃, reforçando a ideia de que a ISA 701 modera a relação positiva entre DCI anteriores e o GR ao fornecer uma supervisão regulatória aprimorada. Por meio das divulgações obrigatórias de PAA, a ISA 701 restringe as oportunidades para manipulação de lucros, mesmo entre empresas com deficiências de controle anteriores, destacando seu papel como uma ferramenta que fortalece a GC e alinha as ações gerenciais com os interesses dos acionistas (Bédard et al., 2019; Santos et al., 2020).

A Tabela 6 apresenta os resultados para análises contemporâneas e defasadas de DCI e o número de divulgações de PAA, referentes às equações 3.1 e 3.2 nos Painéis A e B, respectivamente. Como essas análises consideram apenas dados a partir de 2016, ano em que a ISA 701 foi adotada, elas envolvem um tamanho de amostra menor do que outros modelos, o que pode limitar a robustez dos resultados observados. Nenhuma das variáveis de interesse atinge o nível de significância de 5%

Tabela 6
Resultados da regressão para as equações 3.1 e 3.2

	SE	Jones _{it}	DSS _{it}	KLW _{it}
Painel A – Resultados da regressão para GRA e para a equação 3.1				
Intercepto		-0,480 (0,589)	-0,741 (0,581)	-1,549** (0,505)
DCI _{it}	(+)	0,021 (0,176)	0,014 (0,169)	0,156 (0,242)
NPAA _{it}	(-)	0,016 (0,036)	-0,008 (0,035)	0,025 (0,043)
DCI _{it} * NPAA _{it}	(-)	0,028 (0,065)	0,049 (0,062)	0,001 (0,092)
Variáveis de controle		Sim	Sim	Sim
Observações		366	366	366
Empresas		138	138	138
Controle de setor		Sim	Sim	Sim
Efeitos fixos de empresa e ano		Sim	Sim	Sim
R ²		0,164	0,151	0,326
R ² ajustado		0,102	0,089	0,176
Valor -p		0,000	0,001	0,003
Painel B – Resultados da regressão para GRA e para a equação 3.2				
Intercepto		-0,840 (0,658)	-0,875 (0,595)	-1,174* (0,537)
DCI _{it-1}	(+)	0,006 (0,281)	0,279 (0,172)	0,270 (0,155)
NPAA _{it-1}	(-)	0,060 (0,049)	0,040 (0,034)	0,038 (0,031)
DCI _{it-1} * NPAA _{it-1}	(-)	0,091 (0,104)	-0,049 (0,063)	-0,050 (0,057)
Variáveis de controle		Sim	Sim	Sim
Observações		359	359	359
Empresas		141	141	141
Controle de setor		Sim	Sim	Sim
Efeitos fixos de empresa e ano		Sim	Sim	Sim
R ²		0,325	0,154	0,147
R ² ajustado		0,179	0,090	0,083
Valor-p		0,002	0,002	0,007

Notas: Os valores entre parênteses representam os erros padrão, que auxiliam na interpretação dos intervalos de confiança para os coeficientes. Painel com efeitos fixos para empresa e ano. Erros padrão robustos agrupados.

GRA = gerenciamento de resultados por accruals; DSS_{it} = accruals discricionários conforme o modelo de Dechow et al. (1995); SE = sinal esperado; DCI_{it} = 1 se a empresa divulgou fraqueza nos controles internos; Jones_{it} = accruals discricionários conforme o modelo de Jones (1991); KLW_{it} = accruals discricionários conforme o modelo de Kothari et al. (2005); NPAA_{it} = número de principais assuntos de auditoria publicadas no relatório de auditoria.

*** p < 0,001; ** p < 0,01; * p < 0,05. O negrito denota p < 0,10.

Fonte: Elaborado pelos autores.

nesses testes, indicando que os efeitos esperados sobre o GR sob a hipótese H_{2b} podem ser menos evidentes neste conjunto de dados. Essa falta de significância sugere que a relação entre o número de PAA e o GR pode requerer investigações adicionais, pois fatores adicionais poderiam influenciar a força e a direção dessa interação.

As variáveis de controle nas três tabelas revelam padrões que se alinham com as expectativas teóricas sobre o GR. O tamanho da empresa apresenta uma associação negativa significativa com o GRA, indicando que empresas maiores, sob maior escrutínio de investidores e reguladores, são menos propensas a se engajar em manipulação de lucros, apoiando a visão da teoria da

agência de que a visibilidade restringe comportamentos oportunistas. O retorno sobre as ações é um impulsionador positivo do GR, pois retornos mais altos pressionam as empresas a manter resultados favoráveis por meio de *accruals* discricionários aumentados. No que se refere às firmas de auditoria, particularmente a *PwC*, mostra uma associação positiva inesperada com o GR em alguns modelos, sugerindo potenciais variações de qualidade entre os auditores *Big4*. Os coeficientes setoriais para GRA variam: setores como Materiais Básicos, Consumo Cíclico e Tecnologia apresentam associações mais fortes, enquanto Saúde e Imobiliário têm significância menos consistente.

4.2 Análises Adicionais para GRR

A análise confirma várias hipóteses-chave sobre o papel dos controles internos e normas de auditoria na redução do GRR. A hipótese H_1 , que postula que empresas com DCI apresentam níveis mais altos de GR, é apoiada por associações positivas significativas entre DCI e *proxies* de GRR. Isso está alinhado com a teoria da agência, que sugere que controles internos fracos permitem discricionariedade gerencial, aumentando assim os custos de agência devido à falta de supervisão dos acionistas (Itopa et al., 2022; Jensen & Meckling, 1976). As descobertas destacam a importância de controles robustos como fatores dissuasores de comportamentos oportunistas (Asghar et al., 2020).

A hipótese H_{2a} , que sugere que a adoção da ISA 701 reduz o GR, também é confirmada. Os resultados indicam uma diminuição nos GRR após a implementação da ISA 701, apoiando o objetivo da norma de melhorar a transparência e reduzir a assimetria de informação. Ao exigir a divulgação de PAA, a ISA 701 aprimora a qualidade da auditoria e obriga os gestores a limitar a manipulação de lucros, alinhando-se, em última análise, com os interesses dos acionistas (Reid et al., 2019; Santos et al., 2020).

Além disso, a hipótese H_{2b} é apoiada, mostrando que a ISA 701 modera a relação entre DCI e o GR, reduzindo a associação entre estas variáveis. Essa descoberta destaca

o papel regulatório da ISA 701 na mitigação do impacto de deficiências internas nos relatórios financeiros, pois o aumento do escrutínio da auditoria por meio da divulgação de PAA restringe a discricionariedade gerencial, mesmo em empresas com DCI existentes (Marques et al., 2019). Esse efeito evidencia a função da ISA 701 como um mecanismo de governança que contraria questões de agência ao aprimorar a transparência e a responsabilização (Harakeh et al., 2020).

Por fim, a hipótese H_3 , que examina os efeitos combinados de DCI e múltiplos PAA sob a ISA 701, também é validada. As descobertas indicam que a divulgação de PAA é especialmente eficaz na redução do GR quando as empresas relataram DCI anteriormente. Esse resultado sugere que, em empresas com problemas históricos de governança, a transparência aprimorada das divulgações de PAA atua de forma sinérgica com controles internos melhorados para restringir a manipulação de lucros, alinhando o comportamento gerencial com os interesses dos acionistas em um contexto de alta assimetria informacional (Bédard et al., 2019; Santos et al., 2020). No geral, esses resultados demonstram que normas como a ISA 701 desempenham um papel importante no fortalecimento da GC e na contenção da manipulação de lucros, particularmente em ambientes onde os custos de agência são elevados.

5. CONCLUSÃO

Para determinar se o relatório de auditoria expandido, especificamente após a adoção da ISA 701, influenciou o GR no mercado de capitais brasileiro, particularmente em empresas com DCI divulgadas, este estudo analisou 1.478 observações ano-empresa de 240 empresas de capital aberto. As empresas que divulgaram DCI foram o grupo de tratamento, com a adoção da ISA 701 como evento.

Os resultados confirmam a hipótese H_1 , pois é observada uma relação positiva entre DCI e o GR. Isso indica que empresas com mais DCI são mais propensas a praticar GR devido a estruturas de governança e responsabilização mais fracas, o que está alinhado com a teoria da agência. Além disso, a hipótese H_{2a} é apoiada pela descoberta de que a adoção da ISA 701 reduz o GR por meio de *accruals* discricionários, indicando que a divulgação de PAA após a ISA 701 aumenta a transparência e desencoraja relatórios financeiros oportunistas.

Além disso, os resultados validam parcialmente a hipótese H_3 , demonstrando que a ISA 701 modera a relação entre DCI anteriores e o GR, embora empresas

com deficiências de controle históricas ainda possam praticar algum grau de GR. Esse efeito de moderação destaca o papel da ISA 701 na contenção da manipulação de lucros, melhorando a GC ao aumentar a transparência e alinhar as ações gerenciais com os interesses dos acionistas. No entanto, os resultados relacionados à hipótese H_{2b} são inconclusivos, sugerindo a necessidade de pesquisas adicionais sobre a relação entre a quantidade de divulgações de PAA e o GRA.

Este estudo contribui para a pesquisa e reguladores ao mostrar que DCI e PAA são complementares e que ambas as normas devem ser controladas por seus efeitos. Destaca-se também a importância da divulgação precisa e oportuna por auditores e gestores.

Apesar das técnicas empregadas para abordar a endogeneidade, algumas limitações ainda podem resultar nesse problema. Por exemplo, a possibilidade de variáveis omitidas que influenciam tanto as DCI quanto o GR pode não ser completamente eliminada. Além disso, a seleção do auditor e o número de PAA relatadas podem

estar correlacionados com características não observáveis da empresa, como pressão por resultados financeiros ou mudanças nas políticas de GC, potencialmente levando a endogeneidade residual. Pesquisas futuras poderiam se beneficiar do uso de variáveis instrumentais ou técnicas de estimação mais avançadas, como modelos de equações simultâneas, para aprimorar a identificação causal. O setor apresentou impactos variados entre diferentes setores da economia brasileira; essas diferenças destacam dinâmicas setoriais nos determinantes do GR, sublinhando a importância da análise específica por setor, embora o número limitado de observações em certos setores possa afetar a robustez dos resultados econométricos.

Sugestões para estudos futuros baseiam-se nas limitações encontradas neste estudo e nos resultados que permitiram a identificação de novas lacunas. Em relação às limitações encontradas, sugere-se que os diferentes tipos de PAA sejam analisados, bem como a forma como eles influenciam individualmente o GR. Quanto aos resultados observados, estudos futuros devem analisar as *proxies* de GR para gestões que aumentam ou diminuem os *accruals* discricionários. Também é sugerido que a adoção da ISA 265, uma norma que exige a divulgação de DCI, tenha influenciado o GR com dados pré e pós-adoção.

REFERÊNCIAS

- Alqam, M., Hamshari, Y., & Ali, H. (2021). The mediating effects of key audit matters on the relationship between audit quality and earnings management: Evidence from Jordan. *Humanities and Social Sciences Letters*, 9(4), 403-416. <https://doi.org/10.18488/journal.73.2021.94.403.416>
- Asghar, A., Sajjad, S., Shahzad, A., & Matemilola, B. T. (2020). Role of discretionary earning management in corporate governance-value and corporate governance-risk relationships. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 20(4), 561-581. <https://doi.org/10.1108/CG-11-2019-0347>
- Barboza, T. & Da Rocha, A. (2023). Decoding corruption in Brazilian construction multinationals. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 37(4), 984-1011. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-12-2021-5565>
- Bédard, J., Gonthier-Besacier, N., & Schatt, A. (2019). Consequences of expanded audit reports: Evidence from the justifications of assessments in France. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 38(3), 22. <https://doi.org/10.2308/ajpt-52339>
- Boulhaga, M., Bouri, A., & Elbardan, H. (2022). The effect of internal control quality on real and accrual-based earnings management: Evidence from France. *Journal of Management Control*, 33(4), 545-567. <https://doi.org/10.1007/s00187-022-00348-5>
- Castro, P. R., Amaral, J. V., & Guerreiro, R. (2018). Aderência ao programa de integridade da lei anticorrupção brasileira e implantação de controles internos. *Revista Contabilidade & Finanças*, 30(80), 186-201. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201806780>
- Cavaliere-Rosa, G., & Tiras, S. L. (2013). Brazil's adoption of IFRS: Fertile ground for examining earnings management. *Brazilian Business Review*, 10(4), 133-146. <https://doi.org/10.15728/bbr.2013.10.4.6>
- Coram, P. J., & Wang, L. (2020). The effect of disclosing key audit matters and accounting standard precision on the audit expectation gap. *International Journal of Auditing*, 25(2), 270-282. <https://doi.org/10.1111/ijau.12203>
- Crisóstomo, V. L., & de Freitas Brandão, I. (2019). The ultimate controlling owner and corporate governance in Brazil. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 19(1), 120-140. <https://doi.org/10.1108/CG-01-2018-0043>
- Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *The Accounting Review*, 70(2), 193-225.
- DeFond, M., & Zhang, J. (2014). A review of archival auditing research. *Journal of Accounting and Economics*, 58(2), 275-326. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2014.09.002>
- Dee, C. C., Luo, B., Wang, E. & Zhang, J. (2023) *Critical audit matters and internal control quality: The disciplining effects of CAM reporting on auditors and clients*. Social Science Research Network. <http://doi.org/10.2139/ssrn.3882399>
- Ferreira, C., & Morais, A. I. (2019). Análise da relação entre características das empresas e os key audit matters divulgados. *Revista Contabilidade & Finanças*, 31(83), 262-274. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201909040>
- Harakeh, M., Matar, G., & Sayour, N. (2020). Information asymmetry and dividend policy of Sarbanes-Oxley Act. *Journal of Economic Studies*, 47(6), 1507-1532. <https://doi.org/10.1108/JES-08-2019-0355>
- Indrawati, S., & Surjandari, D. A. (2022). The effect of director's remuneration, audit fee, and director's expertise on earnings management with sales growth as moderating variable. *The Indonesian Journal of Accounting Research*, 25(1). <https://doi.org/10.33312/ijar.581>
- Ismael, H. R., & Kamel, H. (2021). Internal audit quality and earnings management: Evidence from the UK. *Managerial Auditing Journal*, 36(7), 951-978. <https://doi.org/10.1108/MAJ-09-2020-2830>
- Itopa, E., Alexander, S., & Yahaya, O. A. (2022). Board of directors and earnings management: Evidence from the Nigerian Exchange Group. *Journal of Accounting and Finance*, 22(3), 45-59. <http://doi.org/10.3126/jaf.v/i2.15661>

- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs, and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305-360. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)
- Jiraporn, P., Miller, G. A., Yoon, S. S., & Kim, Y. S. (2008). Is earnings management opportunistic or beneficial? An agency theory perspective. *International Review of Financial Analysis*, 17(3), 622-634. <https://doi.org/10.1016/j.irfa.2006.10.005>
- Jones, J. J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of Accounting Research*, 29(2), 193-228. <https://doi.org/10.2307/2491047>
- Jones, J., & Scott, S. (2022). *Communicating key audit matters: A post-implementation review*. University of Guelph. <https://atrium.lib.uoguelph.ca/server/api/core/bitstreams/121ede7f38b6-4d89-ab19-e3e1640ddc9c/content>
- Kothari, S. P., Leone, A. J., & Wasley, C. E. (2005). Performance matched discretionary accrual measures. *Journal of Accounting and Economics*, 39(1), 163-197. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2004.11.002>
- Lei n.12.846, de 1º de agosto de 2013. (2013, 1º de agosto). Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm
- Li, H., Hay, D., & Lau, D. (2019). Assessing the impact of the new auditor's report. *Pacific Accounting Review*, 31(1), 110-132. <https://doi.org/10.1108/PAR-02-2018-0011>
- Li, W., & Zheng, X. (2024). Key audit matter disclosure and stock mispricing: Evidence from China. *Finance Research Letters*, 67, 105843. <https://doi.org/10.1016/j.frl.2024.105843>
- Li, Y., Li, X., Xiang, E., & Geri Djajadikerta, H. (2020). Financial distress, internal control, and earnings management: Evidence from China. *Journal of Contemporary Accounting and Economics*, 16(3). <https://doi.org/10.1016/j.jcae.2020.100210>
- Marques, D. dos S., Portugal, G. T., & Almeida, S. R. V. (2019). The impact generated by the key audit matters on the application of audit procedures. *European Journal of Scientific Research*, 152(2), 8. <https://doi.org/10.18488/journal.73.2021.94.403.416>
- Marques, V. A., Vaz, U. O., Miranda, D. V., & Checon, R. P. (2023). Quando os controles importam: evidências da associação não linear entre as deficiências de controles internos e a qualidade de auditoria. *Revista Contabilidade & Finanças*, 34(92), e1692. <https://doi.org/10.1590/1808-057x20231692.pt>
- Nakashima, M., & Ziebart, D. A. (2015). Did Japanese-SOX have an impact on earnings management and earnings quality? *Managerial Auditing Journal*, 30(4/5), 482-510. <https://doi.org/10.1108/MAJ-06-2013-0890>
- Pelucio-Grecco, M. C., Geron, C. M. S., Grecco, G. B., & Lima, J. P. C. (2014). The effect of IFRS on earnings management in Brazilian non-financial public companies. *Emerging Markets Review*, 21, 42-66. <http://doi.org/10.1016/j.ememar.2014.07.001>
- Rautiainen, A., Saastamoinen, J., & Pajunen, K. (2021). Do key audit matters (KAMs) matter? Auditors' perceptions of KAMs and audit quality in Finland. *Managerial Auditing Journal*, 36(3), 386-404. <https://doi.org/10.1108/MAJ-11-2019-2462>
- Reid, L. C., Carcello, J. V., Li, C., Neal, T. L., & Francis, J. R. (2019). Impact of auditor report changes on financial reporting quality and audit costs: Evidence from the United Kingdom. *Contemporary Accounting Research*, 36(3), 1501-1539. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12486>
- Roychowdhury, S. (2006). Earnings management through real activities manipulation. *Journal of Accounting and Economics*, 42(3), 335-370. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2006.01.002>
- Santos, K. L., Guerra, R. B., Marques, V. A., & Maria, E., Júnior. (2020). Os principais assuntos de auditoria importam? Uma análise de sua associação com o gerenciamento de resultados. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 14(1). <https://doi.org/10.17524/repec.v14i1.2432>
- Sierra-García, L., Gambetta, N., García-Benau, M. A., & Orta-Pérez, M. (2019). Understanding the determinants of the magnitude of entity-level risk and account-level risk key audit matters: The case of the United Kingdom. *The British Accounting Review*, 51(3), 227-240. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2019.02.004>
- Silote, N. Z., Rezende, E. F., Marques, V. A., & da Freitag, V. C. (2021). Deficiências de controles internos, republicações e opinião do auditor: evidências no mercado brasileiro. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 15(3). <https://doi.org/10.17524/repec.v15i3.2876>
- Tadesse, A. F., Rosa, R. C., & Parker, R. J. (2022). The adoption and consequences of COSO 2013. *Accounting Horizons*, 36(4), 241-260. <https://doi.org/10.2308/horizons-18-123>
- Velte, P. (2019). Associations between the financial and industry expertise of audit committee members and key audit matters within related audit reports. *Journal of Applied Accounting Research*, 21(1), 185-200. <https://doi.org/10.1108/JAAR-10-2018-0163>
- Wali, S., & Masmoudi, S. M. (2020). Internal control and real earnings management in the French context. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, 18(2), 363-387. <https://doi.org/10.1108/JFRA-09-2019-0117>
- Zittei, M. V. M., Nascimento, E. G. do, Souza, R. P. de, & Silva, A. V. da. (2021). Análise da relação entre as deficiências dos controles internos, a governança corporativa e a qualidade da informação contábil. *Revista Linceu On-Line*, 11(2), 156-178.
- Zulfikar, R., Millatina, F., Mukhtar, M., Astuti, K. D., Ismail, T., Meutia, M., & Fazri, E. (2021). Antecedents of disclosure on internal control and earnings management. *The Journal of Asian Finance, Economics and Business*, 8(3), 391-397. <https://doi.org/10.13106/jafeb.2021.vol8.no3.0391>